

ANÁLISE DE UMA ESCOLA NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Andrialex William da Silva (1); Maria Auxileide da Silva Oliveira (2); Tarcileide Maria Costa Bezerra (3)

(1) Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; (2) Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; (3) Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Resumo: A escola que busca trabalhar numa perspectiva inclusiva, precisa, antes de mais nada, acolher e ensinar a conviver com as diferenças entre seus pares. Em relação a dimensão curricular, essa precisa estar preparada para atender as diversas demandas do alunado com ou sem deficiência. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo descrever ações pedagógicas exitosas que favorecem a inclusão escolar de alunos com deficiência. O estudo aconteceu nos meses de abril e maio de 2018, numa instituição de ensino localizada na cidade de Natal – RN, mantida por uma Organização Não Governamental (ONG) voltada para atendimento a pessoas com deficiência. A investigação consistiu em um estudo de caso e teve como procedimentos metodológicos a análise documental do Projeto Político Pedagógico (PPP) e observações realizadas em sala de aula e em outros ambientes da instituição *locus* de pesquisa, contemplando aspectos pedagógicos, atitudinais e arquitetônicos. A pesquisa aponta como resultado que a inclusão não se concretiza apenas pela presença do aluno com deficiência na sala de aula, mas também a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas pelo docente, das atitudes que um colega tem com outro, da organização física adequada da escola, dos planejamentos pedagógicos e políticos que fundamentam as atividades escolares. Evidenciamos, com esse trabalho, que a inclusão escolar é uma construção diária e de responsabilidade de todos os agentes envolvidos na educação.

Palavras-chave: Escola, Educação Inclusiva, Deficiência.

1. Introdução

A inclusão do aluno com deficiência na escola regular tem ocupado espaço na agenda de muitos eventos na área de educação, especialmente quando o assunto é a garantia de atendimento efetivo à diversidade, em sua plenitude.

A educação inclusiva chega à escola para asseverar que todos têm direito à educação, independente de raça, cor de pele, situação econômica, classe social, preferência religiosa, aparência física ou limitações físicas ou sensoriais. Sendo assim, a escola que se propõe inclusiva deve estar aberta a acolher todos, indistintamente, bem como promover a convivência entre os alunos com deficiência e os demais, ao mesmo tempo em que oportuniza novas aprendizagens, rompendo com modelos segregados de ensino.

Diante dessas premissas, a elaboração, realização e apresentação da pesquisa em pauta justifica-se pela importância da temática abordada e pela oportunidade de propagar mais uma das diversas experiências exitosas de inclusão escolar que vem ocorrendo nos distintos níveis de ensino, desmistificando, assim, a ideia de que a inclusão do aluno com deficiência na escola regular seja uma utopia. Houve por objetivo descrever ações pedagógicas exitosas que favorecem a inclusão escolar de alunos com deficiência.

Nesse trabalho concebe-se a prática pedagógica como sendo uma atividade que possui intencionalidade, um fim, um objetivo a ser alcançado, em que os processos de ensino e de aprendizagem vão além do repasse de conteúdos escolares ou acadêmicos. Esses processos visam à formulação de pensamentos e de transformação da realidade, por parte do aprendiz.

Entende-se, assim, a prática pedagógica como o fazer docente voltado para o aluno, visando o crescimento intelectual, cognitivo e social do indivíduo. Nesse processo, o aluno é concebido como sujeito de direito e possuidor de habilidades a serem descobertas e/ou postas em prática. De acordo com Franco (2015, p. 605), “As práticas pedagógicas organizam-se em torno de intencionalidades previamente estabelecidas e tais intencionalidades serão perseguidas ao longo do processo didático, de formas e meios variados”. Desse modo, a prática pedagógica do docente considera e reflete sobre as necessidades do aluno, respeitando as suas limitações e valorizando suas potencialidades.

2. Metodologia

A investigação consistiu em um estudo de caso onde nos debruçamos, exaustivamente, sobre uma única situação. Segundo Gil (2002, p. 54), essa metodologia de pesquisa “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

O estudo aconteceu nos meses de abril e maio de 2018, em uma instituição de ensino localizada na zona oeste da cidade de Natal – RN, no bairro Cidade da Esperança, que se caracteriza pela sua vulnerabilidade social, fazendo parte de uma zona marginalizada da capital potiguar. Dessa forma, o público atendido pela escola corresponde a famílias de baixa renda, que possuem carências sociais. A instituição de ensino é mantida por uma Organização

Não Governamental (ONG) voltada para atendimentos a pessoas com deficiência.

Inicialmente contatamos uma das coordenadoras da escola para que nos autorizasse as visitas e observações a serem realizadas. Na ocasião nos foram apresentados os diversos espaços da instituição e um prédio vizinho, onde acontecem as atividades de cultura, de informática, de teatro e de dança promovidas para as crianças que estudam na escola.

As observações ocorreram em uma turma com 17 alunos do 4º ano do Ensino Fundamental, do turno vespertino. Desses 17 alunos, duas alunas apresentavam deficiência: Bianca¹ e Lauanda. A primeira, diagnosticada com atraso de desenvolvimento neuropsicomotor, tem 10 anos de idade e a segunda, com paralisia cerebral, tem 9 anos de idade. A turma possui alunos com a idade média entre 9 e 10 anos e conta com o apoio de uma estagiária, graduanda do curso de Pedagogia, e uma professora formada em Pedagogia, pertencente ao quadro de professores efetivos da escola. Além das observações realizadas, analisamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino, por entendemos que esse funciona como fio condutor da prática docente de qualquer instituição.

3. Conhecendo o *locus* do trabalho de campo: estrutura física da escola

O espaço da escola investigada, apesar de não ser amplo, é bem organizado, tendo suas salas bem divididas e estruturadas para o bom trabalho pedagógico, permitindo, assim, que as crianças possam relacionar-se confortavelmente entre elas e com os docentes.

A escola também possui uma portaria cercada por vidros escurecidos, visando à segurança do vigilante que ali trabalha, seis salas de aula arejadas, todas com janelas, dois banheiros para os alunos, sendo um feminino e outro masculino, que contemplam as devidas adaptações para atenderem aos alunos com deficiência. O ambiente escolar possui despensa, uma cozinha com paredes de vidro para a visualização externa das atividades ali realizadas, um refeitório, com mesas e cadeiras, unido ao pátio, uma quadra poliesportiva coberta, uma sala de multimeios carente de equipamentos, uma recepção, uma biblioteca, a sala da coordenação, uma sala dos professores com banheiro, também adaptado para o acolhimento de pessoas com deficiência.

No prédio situado vizinho à escola, onde acontecem as atividades de cultura da ONG mantenedora da instituição, há espaços que as turmas podem utilizar, como o laboratório de informática equipado com mesas, cadeiras e cerca de quinze computadores, sala de artes – teatro e dança, com barras e espelhos.

¹ Todos os nomes aqui apresentados são fictícios para a preservação da identidade dos sujeitos envolvidos na investigação.

Toda a escola foi construída sem declive, dispensando a construção de rampas para a acessibilidade, assim como as portas foram construídas com largura que propicia para todos os sujeitos. A construção física da escola, bem como do prédio vizinho, no qual funcionam suas diversas atividades, permite-nos refletir e afirmar que eles foram pensados para atender a demanda de todos os possíveis usuários desses espaços, lembrando-nos a perspectiva do desenho universal.

Para Kranz (2011), o desenho universal compreende pensar os espaços e ambientes de uma forma que os torna acessíveis para o maior número de pessoas possível, assim, buscando garantir a democratização do acesso àqueles lugares. Tal perspectiva é compreendida para a pessoa com deficiência como uma possibilidade de equiparar os espaços e, assim, promover a inclusão social.

Porém, The Center for Universal Design - CUD² (1998, p. 32) afirma que o “*universal design is simple in theory but more complicated in practice, and simply defining the term is not sufficient*”, ou seja, pensar no conceito de desenho universal pode até ser compreendido como algo simples, mas, na prática, para a criação de espaço realmente acessível para todos, tal atividade promove desafios que demandam tempo e reflexão. Isso decorre do fato de que o ser humano é uma criatura diversa e o acolhimento de todos é um desafio para qualquer profissional, em qualquer área.

4. Projeto Político Pedagógico da Escola: analisando o PPP

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um importante documento da escola, pois tem o propósito de orientar toda a prática diária da instituição, trazendo consigo as principais concepções que subsidiam as atividades e atitudes pedagógicas do ambiente escolar.

Com tal importância, o PPP acaba não sendo produzido isoladamente por um único sujeito, mas sim pelo coletivo que compõe a escola. Libâneo (2001, p. 2) compreende que “[...] a concepção democrática-participativa se baseia na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos”, pressuposto da gestão democrática defendida no projeto da escola investigada.

O PPP da escola, *locus* desse estudo “Pressupõe a construção de um projeto comprometido com os interesses e com a **diversidade dos sujeitos** envolvidos” (PPP da escola, 2014, p. 9, grifo nosso). A ideia de diversidade, contida logo no início do texto do

² The Center for Universal Design.

PPP, já aponta a preocupação da escola para com os princípios da diferença contidos na concepção da Educação Especial na perspectiva inclusiva, bem como expressa o respeito às diferenças individuais das pessoas, com ou sem deficiência.

Para Gadotti (1994), o projeto da escola já surge em um cenário marcado pela diversidade. Dessa forma, impende que tal documento afaste-se da compreensão de heterogeneidade do ser humano. O termo diversidade surge, então, no PPP da instituição investigada, atrelado ao conceito de inclusão.

Refletindo sobre tais elementos, compreendemos que o documento já aponta, como primazia, a inclusão da diversidade. Dentro desse cenário, emerge o sujeito com deficiência como recorte de um público atendido pela instituição. Ainda nesse direcionamento, mais uma vez a palavra diversidade surge na apresentação da instituição da escola:

Oferecer ensino de boa qualidade à comunidade escolar e propiciar condições para uma aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, mediante práticas pedagógicas interdisciplinares voltadas à diversidade dos alunos com base no diálogo e nas relações sócio-afetivas (PPP da escola, 2014, p. 8).

Compreendemos que, ao usarem o termo “diversidade”, estejam referindo-se também ao sujeito com deficiência, seja este com deficiência de ordem física, motor, cognitiva, sensorial e/ou múltiplas.

Sobre inclusão escolar o documento apresenta que:

O processo de construção da escola inclusiva, pressupõe aquela que se propõe atender a todos, verdadeiramente, e para tanto, necessita de práticas pedagógicas essenciais ao seu acesso, de forma que não discrimine e estigmatize ninguém em função do ensino que se propõe e das condições que oferece.
Abordar a educação vivida na realidade atual, contextualizada na visão de homem e sociedade como forma de expressão plural da diversidade, exige de todos nós a compreensão do que seja uma política como ação coletiva de transformação para o real valor do reconhecimento dos sujeitos. (PPP da escola, 2014, p. 20*sic*).

Podemos destacar que, nesse momento, apesar de falar em educação inclusiva, a ideia aqui apresentada não se restringe à discussão sobre Educação Especial, enquanto modalidade educacional para um público específico, que contempla a pessoa com deficiência, como discutimos anteriormente. Trabalha, sim, com a compreensão da educação como um direito de todos, assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, que preceitua a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família” (BRASIL, 1988), o que é também propagado na Conferência Nacional de Educação para Todos, de 1994.

Vale destacar que o PPP em apreço não apresenta uma discussão exaustiva sobre a Educação Especial na sala regular de ensino.

Entretanto, descreve como seria a prática do Atendimento Educacional Especializado (AEE)³ na escola, mesmo ela não ofertando esse tipo de atendimento aos seus alunos.

Além disso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, aqui abordado, também apresenta a inclusão como um processo que vai além de ser algo posto, mas uma construção na prática diária da instituição. O entendimento de inclusão da escola como processo corrobora a compreensão de Glat e Blanco (2007, p. 32), que afirmam que a Educação Inclusiva “[...] é um processo progressivo e contínuo de absorção dos alunos com necessidades educacionais especiais pela escola regular”.

Achamos necessário informar que o PPP aqui analisado foi elaborado no ano de 2014. Porém, em conversa com a coordenadora da escola, informou-nos que havia uma versão mais atualizada do PPP, do ano de 2016, e que a elaboração desse documento ocorria de forma coletiva/compartilhada, com todos que fazem parte da escola. De posse dessa informação, buscamos, durante o trabalho de campo, obter o documento do ano de 2016, supracitado, porém sem êxito. No entanto, durante uma das nossas visitas, presenciamos uma das coordenadoras trabalhando na atualização do referido documento.

5. Observando a dinâmica escolar

As observações aconteceram durante as visitas à instituição de ensino e corresponderam a momentos vivenciados na sala de aula e em outros espaços da escola, contemplando, assim, não só a turma investigada, mas, em alguns momentos, toda a escola.

5.1. Os alunos na sala de aula regular

A sala de aula regular deve ser, por excelência, um espaço de inclusão social, onde os alunos, com e sem deficiência, possam interagir, se relacionar, aprender, brincar, se desenvolver e crescer. Para Bezerra (2007, p. 57) “[...] não nos podemos esquecer de que a educação inclusiva traz a diversidade presente na sociedade para a sala de aula”. Ou seja,

levando em consideração a perspectiva de educação apresentada no Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, trabalhar com a premissa da diversidade e compreender como os diferentes sujeitos aprendem em uma mesma sala de aula é um desafio inerente à corriqueira prática docente.

³ Por conta de o Atendimento Educacional Especializado não acontecer mais na prática da instituição e continuar presente apenas no projeto, não iremos discorrer sobre ele com profundidade.

Na busca por um espaço de igualdade entre os sujeitos dentro da sala de aula, onde alunos com e sem deficiência atuam na equidade das atividades, pensar momentos dentro do espaço escolar que oportunizem tal dinâmica é fundamental para o professor da sala regular. Nesse sentido, temos o registro de uma aula em sala de aula:

Nesse momento os alunos divididos em 3 grupos com uma média de 6 participantes cada, apresentavam um trabalho de ciência para a professora da turma, a estagiária e para a coordenadora da escola. Cada grupo, munido de um textos e desenhos debatiama respeito de um tema específico com os demais da turma e as docentes ali presentes.

O primeiro grupo apresentou sobre o universo e seus diversos elementos, apontando para um cartaz as ilustrações feitas a respeito da temática. Enquanto a maioria do grupo apresentava, tendo como suporte o mesmo desenho-cartaz, Bianca (aluna com atraso neuropsicomotor) apresentou por último com um desenho feito em uma folha A4 por ela mesmo, apontando para a terra e para o sol representados em sua ilustração. (Diário de Campo – Dia 2 de abril de 2018 – anotações dos pesquisadores).

Podemos afirmar que o momento acima descrito possibilitou que a aluna com deficiência participasse da mesma atividade que os alunos sem deficiência, assim, trabalhando o princípio da igualdade dentre a diversidade/diferença.

O que pode ser colocado em *xequê* na situação relatada é o fato de Bianca ter produzido seu próprio desenho e não ter compartilhado o cartaz com os demais colegas. Porém, mesmo que tal questionamento rebata diretamente a ideia de inclusão, não se diminui a possibilidade de equidade nas atividades de Bianca e dos demais alunos da turma. A variação nas atividades ocorre não necessariamente pela deficiência, em si, que o aluno apresenta, mas sim, pelos potenciais e pelas possíveis limitações que podem ser peculiares a qualquer aluno.

Podemos verificar mais uma situação como essa no seguinte relato:

Enquanto isso, os demais alunos tinham como tarefa copiar e responder as questões pertinentes à revisão de conteúdo. Em meio aos seus afazeres registramos momentos de interações entre os alunos, inclusive com uma aluna diagnosticada com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor [Bianca]. Elas estabeleciam uma comunicação entre si e a professora que estava na sala de aula [...] aparentemente a aluna diagnosticada com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor não apresentava dificuldade ao realizar a tarefa direcionada pelas professoras. (Diário de Campo – Dia 2 abril de 2018 – anotações dos pesquisadores)

Sobre as alterações nas atividades, Silva (2017, p. 39) expõe que “Em algumas situações o material ou a atividade não precisam, necessariamente, de adaptação, mas apenas de mediações ou de orientações [...] para atender as especificidades da criança com deficiência”. Ou seja, é necessário primeiro conhecer o aluno e suas demandas, para apenas depois propor

atividades. No caso de Bianca, apesar de sua deficiência, ela não necessitava de adaptações em suas tarefas para assim realizá-las.

Tal compreensão demanda do docente de sala aula uma reflexão sobre sua prática e a sensibilidade em parar para (re)conhecer o outro em sua totalidade, e não apenas as suas diferenças. Esse exercício só pode ser aprimorado no decorrer dos anos e da experiência profissional docente.

Assim como não há a necessidade de mudanças nas atividades em algumas situações, em outras demandas há tal necessidade, como é o caso de Lauanda, aluna com paralisia cerebral. Em uma das nossas observações, notamos o seguinte:

Todos os alunos estavam copiando do quadro uma tarefa, que tinha por objetivo revisar o conteúdo de matemática. Enquanto alguns alunos copiavam, outros caminhavam pela sala, faziam brincadeiras e conversavam. Foi aí que percebemos a presença de uma outra professora. Essa ocupava-se de orientar, conduzir e executar uma atividade lógico-matemática junto a uma aluna com paralisia cerebral (Lauanda), sentada em cadeira de rodas. (Diário de Campo – Dia 3 de abril de 2018 – anotações dos pesquisadores).

Nesse caso, em específico, temos uma atividade totalmente adaptada para Lauanda, pensada nas suas demandas, em suas limitações e potencialidades particulares. Destacamos, porém, que, apesar das diferenças metodológicas existentes entre as atividades desenvolvidas por Lauanda e os demais alunos, elas ainda estão ligadas pelo contexto: aula de matemática. Essa dinâmica acaba por assegurar, de certa forma, a relação pedagógica entre a aluna com paralisia cerebral e os demais alunos da turma.

Essa variação na atividade de Lauanda também busca garantir a ela propostas pedagógicas que correspondam às suas especificidades singulares enquanto sujeito, legitimando, assim, o seu papel de aluna e de aprendiz. Em contrapartida, nesse mesmo cenário reforça-se o papel docente como agente facilitador dos processos de ensino e de aprendizagem. Essa lógica de ensino e de aprendizagem cria “[...] oportunidades de crescimento pessoal, garantindo o direito dos deficientes à formação escolar” (BEZERRA, 2007, p. 57), resultando, assim, em mais um passo no processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular.

Toda a lógica da sala de aula, da escolarização de Bianca, Lauanda e de seus colegas, sintetiza-se no seguinte relato:

No transcorrer de nossa permanência em sala podemos ainda constatar que a metodologia de ensino utilizada pelas professoras, era a mesma para todos os alunos, com ou sem deficiência. Quanto à atividade essa variava apenas no número de questões lógico-matemática, pois para a aluna com paralisia cerebral, a atividade era composta de apenas uma questão.
(Diário de Campo – Dia 3 de abril,

Sendo assim, discutir a escolarização do aluno com deficiência implica dizer que, antes de pensarmos na própria diferença que destaca esse aluno em detrimento dos demais, é necessário refletirmos sobre sua totalidade enquanto sujeito histórico, social, biológico, afetivo e singular, mas unido a um contexto que é, sobretudo, coletivo e permeado de relações pedagógicas, sociais e políticas.

5.2. Os alunos no pátio

As nossas observações também contemplaram as interações dos alunos no pátio da escola, quando participavam das atividades livres e também das direcionadas e/ou orientadas pelo corpo docente.

Nesse cenário, os alunos com ou sem deficiência apresentavam-se dentro de um contexto de igual para igual. A fluidez no convívio entre todos os alunos evidenciava o caráter de participação nas atividades escolares, mesmo fora da sala de aula, o que se destaca como caráter da perspectiva inclusiva, principalmente quando a entendemos como cultura escolar, como é postulado por Glat e Blanco (2007).

Em um momento específico, orientado pela coordenadora, temos a seguinte situação:

A maioria dos alunos acompanhava atentamente o cântico dos hinos do Brasil e da cidade do Estado de Natal na posição de respeito, que consistia em ficar de pé e com as mãos quase paralisadas, enquanto outras sorriam, brincavam com o corpo e com os colegas. (Diário de Campo – Dia 3 abril de 2018 - anotações dos pesquisadores).

Nesse caso, todos os alunos, com ou sem deficiência, participavam do seu jeito, da atividade coletiva, alguns prestando atenção ao que era realizado e outros procurando formas de distração. Porém, independentemente da condição do aluno ou da intensidade de seu interesse pelo momento, todas deveriam participar da atividade naquele instante em execução. O incentivo pela participação de todos põe em evidência a necessidade de pensar que, em momentos coletivos, algumas subjetividades dos alunos não precisam ser condicionadas como pressupostos para o desenvolvimento das atividades, e que o convívio em massa pode possibilitar a aprendizagem de convenções sociais, o que não é realizado, necessariamente, em sala de aula.

Em outra situação, pudemos ver os alunos relacionarem-se livremente no recreio:

Durante o recreio pudemos observar os alunos brincando, conversando, correndo etc,. As brincadeiras eram livres, criadas de acordo com a imaginação

infantil. Alunos com deficiência ou sem deficiência interagem, dividiam o mesmo espaço, exceto uma aluna que estava sentada em uma cadeira de rodas, sendo alimentada pela mãe, enquanto uma funcionária da escola as observava e conversava com elas. (Diário de Campo – Dia 2 de abril de 2018 – anotações dos pesquisadores).

Esses momentos lúdicos possibilitam aos alunos que se relacionem, aprendam livremente uns com os outros, sem, necessariamente, a presença de um adulto mediador. Essas ocasiões lúdicas mostram que o ensino formal não se resume apenas a situações onde o conteúdo curricular é o protagonista, mas os atitudinais e procedimentais também ganham força e campo nesse enredo.

Bezerra (2007, p. 106) aponta que:

Mediante as atividades lúdicas, a criança se prepara para a vida, assimila a cultura do meio que vive, integra-se a ela, adapta-se às diversas situações impostas pelo mundo, desenvolve o senso de competitividade, cooperação para com os seus pares e adquire maneiras habilidosas para conviver em sociedade.

Dessa forma, nesses momentos, quando os alunos convivem uns com os outros e com suas diferenças, o aprendizado entre eles é imaterial, imensurável e isento, muitas vezes, de avaliações pedagógicas, porém, em contrapartida, possui um valor qualitativo para a vida desses sujeitos, que transcende a própria escola e o sistema de ensino.

6. Conclusão

No decorrer do presente trabalho ora apresentado, pudemos constatar, através da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) e das observações realizadas na instituição *locus* dessa investigação, ações pedagógicas que favorecem a inclusão dos alunos com deficiência.

Inicialmente, percebemos que o Projeto Político Pedagógico (PPP) aqui analisado, em linhas gerais, define um tipo de ação educativa comprometida com os interesses da Educação Inclusiva. Expressa nos seus instrumentos teórico-metodológicos descritos, o respeito às diferenças individuais dos alunos, com ou sem deficiência. Trata-se de um documento elaborado coletivamente pelos que fazem a escola e para todos os alunos, indistintamente.

Percebemos, ainda, a importância do professor como mediador e facilitador de uma prática pedagógica que desenvolve estratégias de ensino e de aprendizagem que favoreçam a educação de alunos, com ou sem deficiência. Nesse sentido, a educação inclusiva aponta para uma mudança da prática pedagógica, que se fundamenta em novas bases didáticas, onde os professores precisam ir além das metodologias ajustadas na articulação teoria-prática, em um conteúdo descontextualizado, pautado somente na perspectiva do professor.

Vimos, portanto, nas atividades desenvolvidas

com os alunos no campo pesquisado, o professor como um colaborador do processo inclusivo, que, apesar das dificuldades encontradas, contribui de forma significativa para o desenvolvimento do aluno com deficiência, oferecendo espaço onde ele possa aprender e perceber-se como sujeito ativo na construção do conhecimento, por meio de atividades lúdicas, individualizadas e também em grupo.

Percebemos, a partir da experiência agora compartilhada, que é através da cooperação entre todos os alunos que a inclusão escolar desenvolve-se de forma conjunta, pois compreendemos que é na relação com o outro que o sujeito se constitui e se transforma.

Conclui-se, através desse estudo, o quanto é importante o envolvimento de todos os que fazem a escola (professores, gestores e servidores) na elaboração do planejamento participativo e, conseqüentemente, para o exitoso trabalho desenvolvido pela escola que se pretende inclusiva.

Referências

BEZERRA, T. M. C. **O lúdico, as atividades escolares e a afetividade como elementos que contribuem para o bem-estar e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular.** 2007. 260 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza - CE, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FRANCO, M. A. S. **Práticas pedagógicas de ensinar – aprender:** por entre resistências e resignações. Edu. Pesq. São Paulo, v. 41, nº 3, p: 601 – 614, jul/set. 2015.

KRANZ, C. R. **Jogos na Educação Matemática Inclusiva.** XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática. Recife, 2011.

GADOTTI, M. **O Projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 1994.

GLAT, R.; BLANCO, L de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: Cultura e Cotidiano Escolar.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2007. p. 15-35.

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, J. C. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola - teoria e prática.** 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

SILVA, A. W. da. **O ensino da língua escrita e a criança com deficiência intelectual no contexto escolar:** desbravando o currículo. 2017. 54f.
Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia



(Graduação em Pedagogia), Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

THE CENTER OF UNIVERSAL DESIGN (CUD). **The Universal Design File**: designing for people of all ages and abilities. NC State University: North Carolina, The USA, 1998.